



Governo Municipal de Brejão

Brejão (PE), 14 de agosto de 2024.

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. Fagner Francisco Lopes da Costa
Procurador do Município de Brejão/PE.



Assunto: Solicitação de Parecer na minuta do Edital e seus anexos, conforme estabelece na Lei Federal nº 14.133, de 21.04.2021, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 04, de 04.01.2024, e suas alterações posteriores.

Ilustríssimo Senhor Procurador,

Consoante despacho da Sra. Gestora Municipal, na oportunidade em que cumprimento a VS^a, venho através deste encaminhar minuta do presente Edital e seus anexos para que seja analisado para emissão do Parecer Jurídico, constitui objeto do presente certame da contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de pinturas e/ou repinturas nas estruturas públicas que compõem a Academia das Cidades, Quadra Poliesportiva com Arquibancada, Quadra de Basquete, Quadra de Futebol de Areia, Quadra de Vôlei de Areia, Parque das Crianças, Pista de Cooper, calçadas e apoio da Guarda Municipal, conforme projeto básico e seus anexos, especificações completas dos serviços, bem como, os quantitativos dos itens e valores máximos admitidos, encontram-se dispostos no Projeto Básico.

Conforme solicitação da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, documentação anexo, justifica-se, essa medida pela efetivação do presente objeto, que tem por finalidade propiciar aos munícipes da cidade Brejão uma estrutura de lazer de qualidade que permita que a sua população tenha o máximo de conforto e segurança. A atividade física, o lazer e o ambiente adequado é um dos principais meios de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população brejonense.

Sendo assim, a Prefeitura de Brejão vem por intermédio de sua Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos abrir procedimento Administrativo com intuito na execução dos serviços com fornecimentos de todos e insumos e produtos que serão utilizados nessa finalidade, devidamente escolhidos, quantificados e especificados com base na quantidade de praças e da área pública do Município.

Deve-se ressaltar que o Executivo Municipal através da Secretaria Municipal pretende iniciar projeto para execução dos serviços da academia ao ar livre, para que a população de nossa cidade tenha mais oportunidade de praticar exercícios físicos e ter uma melhor qualidade de vida.

Viabilizar o acesso gratuito dos cidadãos à atividade e momento de lazer em espaço público tendo em vista a melhoria dos indicadores de saúde, qualidade de vida e o incentivo a prática de esportes.

A Academia das Cidades ao ar livre em praça pública, são instrumentos de grande utilidade para práticas de atividades e exercícios físicos e convivência, como forma de promoção e/ou manutenção da saúde, da aquisição de hábitos saudáveis para o lazer e o bem-estar de todos os praticantes.





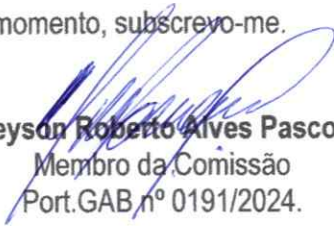
Governo Municipal de Brejão

Portanto, visando a melhoria na qualidade de vida da população local que conta com poucas possibilidades de lazer, esse projeto vem para trazer a estruturação ou reestruturação da Academia das Cidades na sede do município para utilização, que há anos passa por pequenas manutenções e implementações, e encontra-se com equipamentos depredados que não funcionam, colocando em risco seus usuários.

Assim, ora as justificativas que se apresenta, para que sirva de fundamento para emissão do Parecer, o qual encontra amparo na legislação vigente.

Após a análise, solicitamos o encaminhamento do Processo à Autoridade Superior, para os devidos fins.

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.


Cleyson Roberto Alves Pascoal
Membro da Comissão
Port.GAB nº 0191/2024.





Governo Municipal de Brejão

PARECER JURÍDICO n. 120/2024

Referência: Processo Licitatório n°. 043/2024.

Modalidade: Concorrência Eletrônica n°. 006/2024.

Consulente: Comissão Permanente de Licitação.

Assunto: Solicitação de parecer na minuta do Edital e seus anexos.

1. RELATÓRIO.

Trata-se de análise minuta de Edital de Processo Licitatório na Modalidade Concorrência Eletrônica, e de seus anexos, onde a Comissão Permanente de Licitação deste Município, por intermédio de seu Presidente, encaminhou o Processo Licitatório n°. 039/2024, que versa sobre o Concorrência Eletrônica n°. 005/2024, o qual tem como objeto a **“Concorrência Eletrônica a CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURAS E OU REPINTURAS NAS ESTRUTURAS PÚBLICAS QUE COMPÕEM A ACADEMIA DAS CIDADES, QUADRA POLIESPORTIVA COM ARQUIBANCADA, QUADRA DE BASQUETE, QUADRA DE FUTEBOL DE AREIA, QUADRA DE VÔLEI DE AREIA, PARQUE DAS CRIANÇAS, PISTA DE COOPER, CALÇADAS E APOIO DA GUARDA MUNICIPAL.”**

Conforme se depreende do Edital e os anexos da referido Concorrência, percebe-se que fora devidamente instruído com todas as nuances necessárias para o bom andamento do referido processo, estando, sobretudo, de acordo com os princípios norteadores que devem reger a Administração Pública no que tange às contratações.

Feito o relatório, passo a fundamentar nosso Parecer.

2. DO MÉRITO.

2.1. DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

Cumprе esclarecer, preliminarmente, que o parecer jurídico não tem o condão de imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas, administrativas ou econômico-financeiras adotadas no Edital, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria ao estabelecer um





controle **Governo Municipal de Brejão**

o prisma da legalidade. É o entendimento do Tribunal de Contas da União, neste exato sentir:

(...) O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital, como esta que determina o prazo para início da operação. Neste caso, cabia ao gestor definir tal prazo." Tribunal de Contas da União Acórdão n. 186/2010- Plenário Relator Raimundo Carreiro. Processo n. 018 791/2005-4 (grifo nosso).

Ao encontro disso, recomenda a Consultoria-Geral da União, de acordo com o Manual de Boas Práticas Consultivas - BCP nº 07, sendo:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto (Grifo nosso).

Portanto, passa-se à análise dos aspectos jurídicos do presente Processo.

2.2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Trata-se de análise de Processo Licitatório, cuja modalidade é Concorrência Eletrônico. Em detida análise aos autos, verifico que o processo vem acompanhado de solicitação de abertura de procedimento, pelos gestores das pastas, Documento de Formalização da Demanda – DFD, Cotações de Preço/Pesquisa de Preço, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco e minuta de edital, nele constando os elementos substanciais ao fiel andamento da fase inicial do pregão, como a definição do objeto, fiscalização da execução do objeto licitado, entre





Governo Municipal de Brejão

outros documentos; Dotação orçamentária, indicando qual a fonte dos recursos orçamentários necessários para a eventual contratação;

Por essa razão, encontra-se assegurada a regularidade jurídica da instrução da fase interna (preparatória) do presente Processo Licitatório, vez que observada a sua compatibilidade com aquilo que define o ordenamento jurídico vigente, isso porque junto a solicitação de abertura do procedimento licitatório encontra-se todos os documentos necessário para dar seguimento ao certame.

2.3. DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

A Lei nº 14.133/21, em seu art. 53, I e II, estabelece que:

Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

O art. 25 do mesmo diploma estabelece quais são os critérios mínimos (exigências), que deverão ser contemplados na minuta do Edital, quais sejam:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

A presente minuta de Edital identificou; a modalidade licitatória escolhida (Concorrência Eletrônica); o critério de julgamento das propostas (Menor Preço por Lote); o objeto da licitação; os prazos





Governo Municipal de Brejão



legais; as exigências de habilitação dos proponentes (habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, apresentação de declarações); as condições de participação ao certame: as orientações acerca da interposição de impugnações e recursos administrativos; as sanções administrativas de descumprimento; às obrigações do contratante/contratado(a); as condições de pagamento; entre outras disposições específicas e os anexos necessários para perfectibilizar a contratação.

Do exposto encontra-se, regular as cláusulas inseridas na minuta do edital, vez que em consonância com o que definido no art. 25 da Lei nº 14.133/21.

3. CONCLUSÃO.

Em caráter orientativo (este parecer não tem o condão de imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas, administrativas ou econômico-financeiras adotadas no Edital, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos).

Pelo exposto, encontrando-se o processo dentro dos permissivos legais, notadamente com relação à Lei Federal nº 14.133/21, exato parecer **OPINATIVO FAVORÁVEL**, a realização do certame licitatório pretendido pela Administração Pública.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Brejão/PE, 14 de agosto de 2024.

MARCONDES DE ALMEIDA GOMES
Procurador Adjunto do Município - OAB 393376



Governo Municipal de Brejão

Brejão (PE), 14 de agosto de 2024.

A Sua Senhoria o Senhor
Júlio César Sampaio de Melo
Controlador Geral do Município de Brejão/PE.

Assunto: Solicitação de Parecer na minuta do Edital e seus anexos, conforme estabelece na Lei Federal nº 14.133, de 21.04.2021, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 04, de 04.01.2024, e suas alterações posteriores.

Ilustríssimo Senhor Controlador,

Consoante despacho da Sra. Gestora Municipal, na oportunidade em que cumprimento a VS^a, venho através deste encaminhar minuta do presente Edital e seus anexos para que seja analisado para emissão do Parecer, constitui objeto do presente certame da contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de pinturas e/ou repinturas nas estruturas públicas que compõem a Academia das Cidades, Quadra Poliesportiva com Arquibancada, Quadra de Basquete, Quadra de Futebol de Areia, Quadra de Vôlei de Areia, Parque das Crianças, Pista de Cooper, calçadas e apoio da Guarda Municipal, conforme projeto básico e seus anexos, especificações completas dos serviços, bem como, os quantitativos dos itens e valores máximos admitidos, encontram-se dispostos no Projeto Básico.

Conforme solicitação da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, documentação anexo, justifica-se, essa medida pela efetivação do presente objeto, que tem por finalidade propiciar aos munícipes da cidade Brejão uma estrutura de lazer de qualidade que permita que a sua população tenha o máximo de conforto e segurança. A atividade física, o lazer e o ambiente adequado é um dos principais meios de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população brejoiense.

Sendo assim, a Prefeitura de Brejão vem por intermédio de sua Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos abrir procedimento Administrativo com intuito na execução dos serviços com fornecimentos de todos e insumos e produtos que serão utilizados nessa finalidade, devidamente escolhidos, quantificados e especificados com base na quantidade de praças e da área pública do Município.

Deve-se ressaltar que o Executivo Municipal através da Secretaria Municipal pretende iniciar projeto para execução dos serviços da academia ao ar livre, para que a população de nossa cidade tenha mais oportunidade de praticar exercícios físicos e ter uma melhor qualidade de vida.

Viabilizar o acesso gratuito dos cidadãos à atividade e momento de lazer em espaço público tendo em vista a melhoria dos indicadores de saúde, qualidade de vida e o incentivo a prática de esportes.

A Academia das Cidades ao ar livre em praça pública, são instrumentos de grande utilidade para práticas de atividades e exercícios físicos e convivência, como forma de promoção e/ou manutenção da saúde, da aquisição de hábitos saudáveis para o lazer e o bem-estar de todos os praticantes.

Portanto, visando a melhoria na qualidade de vida da população local que conta com poucas possibilidades de lazer, esse projeto vem para trazer a estruturação ou reestruturação da Academia das Cidades na sede do município para utilização, que há anos passa por pequenas manutenções e implementações, e encontra-se com equipamentos depredados que não funcionam, colocando em risco seus usuários.




Governo Municipal de Brejão

Assim, ora as justificativas que se apresenta, para que sirva de fundamento para emissão do Parecer, o qual encontra amparo na legislação vigente.

Após a análise, solicitamos o encaminhamento do Processo à Autoridade Superior, para os devidos fins.

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.



Cleyson Roberto Alves Pascoal
Membro da Comissão
Port. GAB nº 0191/2024.





Governo Municipal de Brejão/PE

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO LICITATÓRIO: 043/2024

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2024

REQUERENTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

ASSUNTO: Solicitação de Parecer na Minuta do Edital e seus anexos, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133, de 21/04/2021 e suas alterações posteriores.

Veio ao conhecimento desta Controladoria, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações do Município de Brejão, Estado de Pernambuco, o Processo Licitatório expresso acima com seu pedido de análise e parecer.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno referentes ao exercício do controle prévio concomitante dos atos de gestão e visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

DO OBJETO

Constitui o presente a concorrência eletrônica contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de pinturas e ou repinturas nas estruturas públicas que compõem a academia das cidades, quadra poliesportiva com arquibancada, quadra de basquete, quadra de futebol de areia, quadra de vôlei de areia, parque das crianças, pistas de cooper, calçadas e apoio da guarda municipal.

DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente a necessidade de promover ambientes com qualidade à população do município com o máximo de conforto e segurança à prática de atividade física e lazer.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Considerando a legislação vigente, o presente processo será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei





Governo Municipal de Brejão/PE



Complementar nº 147, de 07/08/2014, Lei Federal nº 12.846, 01 de agosto de 2013, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 04, de 04 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 012/2020, de 24 de março de 2020, Decreto Municipal nº 031/2017, de 31 de dezembro de 2017, e legislação pertinente e consideradas as alterações posteriores das referidas normas, conforme exigências estabelecidas pelo presente Edital.

DA CONCLUSÃO

Consentâneo à análise da minuta de edital e seus anexos, cabe relatar que o presente processo acompanha:

- Edital;
- Composição de Preço;
- Projeto Básico;
- Plantas;
- Demais documentos necessários.

É o Parecer, Salvo Melhor Juízo.

Controle Interno da Prefeitura Municipal de Brejão/PE.

Palácio José Custódio das Neves, 14 de agosto de 2024.


Júlio César Sampaio de Melo
Secretário Municipal de Controle Interno
Portaria nº 025/2021

